

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Daniel Neres da Silva

Universidade do Estado da Bahia

Emanuelle da Silva Cordeiro

Universidade do Estado da Bahia

Leila Carmo Ferreira dos Santos

Universidade do Estado da Bahia

Gisele Ferreira de Amorim

Universidade do Estado da Bahia

Resumo: A Educação Inclusiva vem sofrendo várias mudanças no passar dos anos e com isso as escolas começaram a receber crianças com necessidades especiais na qual antes destes processos de evolução não era possível, sendo assim, é essencial que os professores que atuam na área da educação infantil tenham uma visão ampla sobre o que é a Educação Inclusiva, pois, recebem diariamente crianças com algum tipo de necessidade especial e essa visão é um fator primordial. Deste modo o presente artigo intitulado “Percepção dos Professores da Educação Infantil sobre Educação Inclusiva” faz parte de uma pesquisa de caráter exploratório, que objetivou compreender qual a percepção dos professores da educação infantil sobre Educação Inclusiva. Para buscar essas concepções, foi realizado uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa e tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, e os dados sendo analisados conforme a análise de conteúdo de Bardin (2011). Este estudo também buscou compreender o contexto histórico da Educação Inclusiva e suas definições, bem como discutir a formação destes profissionais da educação. O embasamento teórico deste estudo se deu a partir de teóricos que abordam sobre essa temática: Aranha (2005); Zimmermann (2008); Mrech (1998); Bueno (2011) e Camargo (2017). Partindo deste princípio a pesquisa evidenciou que os professores carecem de uma formação mais adequada sobre a Educação Inclusiva.

Palavras chave: Educação Inclusiva. Formação de professores. Educação Infantil

Introdução

A Educação Inclusiva vem sendo bastante discutida atualmente no Brasil, segundo Mrech (1998, p. 03) “por Educação Inclusiva se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os graus.” Partindo deste princípio o processo de inclusão ainda é um grande desafio no Brasil, pois, os professores ainda não se sentem preparados para lidar com o processo de inclusão na

sua sala de aula. Além disso, novas propostas pedagógicas surgem e os mesmos tem que repensar suas práticas para poder fazer com que o estudante não se sinta diferente dos outros.

Partindo deste princípio, esta pesquisa teve como objetivo central compreender a percepção dos professores da Educação Infantil sobre a Educação Inclusiva, bem como analisar o discurso destes professores em relação à inclusão na educação infantil e identificar as dificuldades enfrentadas por eles neste processo de inclusão. Isto posto e partir de aprofundamentos sobre a temática, nos surgiu o seguinte questionamento: qual a percepção dos professores da Educação Infantil sobre Educação Inclusiva? Para responder esse questionamento, este estudo investigou as concepções de Educação Inclusiva de 03 professoras de uma escola da rede pública da Educação Infantil. Neste sentido, os professores no modo geral ainda se mostram resistentes quando o assunto é fugir do monótono e experimentar novas ações para poder fazer da sala de aula um lugar de diversidade e que consiga realizar o processo de inclusão de forma adequada. Segundo Rocha (2017, p. 02) “quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização e mudança.”

Partindo deste princípio e ao adentrar nos pressupostos epistemológicos da Educação Inclusiva, durante a graduação do curso de Pedagogia, foi possível perceber que uma formação continuada para os professores que irá atuar com crianças com algum tipo de necessidade especial é essencial, pois só é possível fazer o processo de inclusão acontecer com uma formação adequada e com profissionais qualificados. A partir desta perspectiva e através de pesquisas bibliográficas, acadêmicas e visita de campo, foi notório perceber o quanto que o verdadeiro sentimento da inclusão está sendo deixado de lado, pois pouco se investe na área e os espaços estão a cada dia ficando mais inadequadas para receber crianças especiais.

Ao pesquisar e nos aprofundar nesta temática, vimos o quanto que é importante o curso de Pedagogia e os órgãos públicos, investirem ainda mais na Educação Inclusiva e com isso os professores em formação saiam do curso preparados para atuarem em salas de aula com alunos especiais. Deste modo, o presente estudo foi dividido da seguinte maneira: Educação Inclusiva no Brasil e a Formação Docente e a sua percepção sobre Educação Inclusiva. Na metodologia, trazemos as discussões e análise dos dados e por fim algumas considerações sobre o que foi pesquisado. Sendo assim, esta pesquisa pretende trazer um olhar sobre a Educação Inclusiva e contribuir com a formação de futuros educadores a partir de relatos de professoras que teve ou já tiveram alguma experiência com a Educação Inclusiva e seu processo de inclusão.

Educação Inclusiva no Brasil

A discussão sobre a inclusão não é recente, há décadas essa discussão vem sendo abordada por estudiosos, principalmente após a sua inserção em documentos legais. Os seus primeiros vestígios podem ser percebidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e na Constituição Federal de 1988, quando garantiram os mesmos direitos a todos os cidadãos sem distinção. Mas o que é de fato a inclusão? De acordo com Camargo (2017, p. 01) “a inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos.” ou seja, ela não deve ser limitada ao contexto da educação básica, mas também no ensino superior e em outros ambientes como: igrejas, praças, clubes, etc. onde pode e deve se fazer presente em quaisquer espaços e tempos. Com ênfase na Educação Inclusiva que segundo o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) é possível lembrar que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva sinaliza que

A Educação Inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 01)

Séculos atrás pessoas com deficiência, cor de pele ou nacionalidade que fugissem dos padrões estereotipados ou pela classe dominante da época, não partilhava dos mesmos direitos que outras pessoas tida como normais e denominadas de sangue puro. Foi a partir de fatos históricos com este que a Educação Inclusiva vem ganhado espaço nas escolas brasileiras, e isso se dá porque os seus representantes vão em busca dos seus direitos enquanto cidadãos que são assegurados pela Constituição Federal 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

A luta pela escola inclusiva, embora seja contestada e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, pois exige mudança de hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética nos remete a refletir e reconhecer, que se trata de um posicionamento social, que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças (ZIMMERMANN, 2008, p. 01)

A partir da fala da autora é preciso pensar e reestruturar a escola como afirma para haver acessibilidade para todos os estudantes independente das suas características. Partindo deste princípio a autora Mantoan (2004, p.39) ressalta que “a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.” Diante disso, Rocha (2017 p.39) destaca que os professores, na Educação Inclusiva “devem buscar um ensino que vise o respeito mútuo aos alunos, o qual deve favorecer o desenvolvimento da consciência, mostrando que todos são

iguais, independentemente de sua etnia, situação econômica e suas demais diferenças.” É notório perceber que a Educação Inclusiva não deve ser desenvolvida sem antes inserir os professores neste processo de adaptação a essas novas conjunturas, eles precisam estar preparados para lidarem com as novas propostas, bem como as nomenclaturas que têm sido revistas. “A inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional.” Mittler (2003, p.35). Concordando com a autora, a Educação Inclusiva é o processo de incluir pessoas com necessidades especiais nos espaços escolares, independente da sua limitação física ou intelectual.

A principal função que é atribuída a Educação Inclusiva é fazer com que não só o corpo docente da escola, mas também que a sociedade compreenda que a criança independente de sua limitação física, tem o direito de frequentar a escola e partilhar dos mesmos conhecimentos que outras crianças sem limitações físicas possuem. Além disso, o processo de inclusão veio para quebrar paradigmas e fazer a sociedade compreender que não existem escolas dedicadas a crianças especiais e que deve existir diversidade no âmbito escolar.

Devemos também salientar, que a Educação Inclusiva e a Educação Especial possuem significados diferentes, enquanto a Educação Inclusiva garante o direito ao acesso à educação nos espaços escolares independente de ter alguma necessidade física ou intelectual, a educação especial fica responsável em garantir um atendimento adequado para essas crianças e desenvolver atividades que promovam novas habilidades. Deste modo, a Educação Especial é a responsável em abranger todo o sistema de ensino, desde a educação infantil até o ensino médio, e assim garantir uma educação de qualidade para as pessoas que fazem parte da Educação Inclusiva.

Formação Docente e sua percepção sobre Educação Inclusiva

A história da Educação Inclusiva no Brasil está atrelada na formação e na percepção que os docentes possuem sobre essa modalidade de educação. Deste modo, é necessária uma formação adequada para estes profissionais, para que com isso eles possam ter uma visão mais voltada para a educação dessas crianças. Segundo o Conselho Federal de Educação (CFE) citado por Bueno (2011) foi na década de 1960 que começou a exigir uma formação adequada para esses profissionais lidar com essas crianças excepcionais assim chamadas naquela época. Nesse parecer n.º 259/69 do CFE da autoria do Conselheiro Clóvis Salgado afirma que

[...] o ensino de excepcionais se tem limitado, como especialidade, ao nível primário, nos estabelecimentos federais. Por isso, os professores são, geralmente, normalistas especializados na prática ou em cursos promovidos pelos próprios estabelecimentos. É claro que devemos evoluir, preparando a professora primária em nível superior, no âmbito das Faculdades de Educação. Enquanto não for isso possível, de um modo geral, é bom que façamos experiência em áreas limitadas. Começemos com o professor primário de excepcionais. A própria deficiência dos alunos, dificultando a tarefa, está a indicar a necessidade de professores altamente preparados, menos para o emprego de técnicas especiais de que para as tarefas de orientação, supervisão e pesquisas nos campos específicos. (CFE, 1969, apud BUENO, 2011, p. 04)

A formação desses profissionais da educação é essencial para o processo de ensino, bem como os encontros das diversas situações que abordam a tarefa de educar, sendo aparentes as dificuldades encontradas na formação de educadores para atender alunos com necessidades especiais. Segundo Medeiros (2015) os cursos de Pedagogia estão se adequando a realidade dos alunos, mesmo assim, ainda estão longe de oferecer uma formação adequada para os professores. Segundo a autora, os cursos de Licenciatura em Pedagogia estão sendo baseados na proposta da UNESCO do ano de 2009 que aborda sobre como deve ser trabalhado a questão da inclusão no ambiente escolar.

Partindo destes pressupostos, é notório perceber que as licenciaturas não estão preparadas para formar professores habilitados para a Educação Inclusiva, pois o que o curso vem oferecendo sobre a inclusão ainda é muito pouco e com isso os professores em formação tende a buscar outros meios para poderem se qualificar. Desta maneira, o desenvolvimento pedagógico deveria ter um aprofundamento específico para que assim, haja um atendimento especializado para essas crianças nos espaços escolares onde acontece a inclusão. A Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação Brasileira (LDB 9394/96), dedica um capítulo a formação de professores, apontando os fundamentos metodológicos e apresentando os tipos e as modalidades de ensino e as instituições responsáveis pelos cursos de formação dos educadores.

Sendo assim, é no artigo 13 constitui as delegações dos professores compreendendo toda etapa escolar em que atuam, tendo que ser atribuído a eles participarem da elaboração da proposta pedagógica das instituições, bem como organizar e cumprir ao plano de trabalho e como constituir estratégias de recuperação para alunos com menor rendimento. De Vitta, Vitta e Monteiro (2010, p. 421) afirma que “a percepção escolar de modo geral da Proposta Pedagógica Curricular (PPC) que os professores possuem sobre inclusão ainda é muito mais humanitária e pouco educacional.” Deste modo, os autores acreditam que os professores ainda têm uma visão de Educação Inclusiva mais voltada para o bem-estar dessas crianças do que a

sua capacidade de aprendizagem. Sem essa visão mais ampliada e com pouco conhecimento sobre a inclusão, isso pode se tornar uma das dificuldades encontradas na formação desses professores para a Educação Inclusiva no contexto da educação infantil. Partindo deste princípio, tem que haver uma participação mais qualificada e uma visão mais aprofundada destes conhecimentos para a melhoria da reforma educacional no que diz respeito ao processo de inclusão.

Para o processo de inclusão acontecer e os professores adentrarem nesses espaços com uma melhor visão sobre a inclusão, tem que ser oferecido uma formação adequada, e materiais que tenham a finalidade de conceder uma formação mais qualificada. Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2000, existem medidas necessárias para que a efetivação realmente ocorra no processo da Educação Inclusiva nos espaços de educação infantil e regular. O art. 8.º da resolução CNE/CEB n.º. 2, de 11 de dezembro de 2001 articula que:

I – Professores das classes comuns e da educação especiais capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;

II – Condições para reflexão e elaboração teórica da Educação Inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa. (BRASIL, 2001, p. 02)

Frente a esses dados é importante destacar que a preparação dos professores para atuarem nos espaços de educação infantil, onde acontece os primeiros processos de inclusão da criança com necessidades especiais é fundamental, pois, cabe a esse profissional auxiliar o estudante e fazer com que a aprendizagem se torne algo fundamental na vida e com isso a educação passa a ser prioridade para a formação das crianças. Segundo Medeiros (2015) as “[...] formações oferecidas pelas mantenedoras aos professores já formados e aos estagiários pretendem capacitar os profissionais para oferecerem diferentes propostas para os alunos, de modo que atinjam os objetivos estabelecidos.” Partindo desta concepção que a autora nos coloca é essencial que o poder executivo invista mais em formação para esses profissionais, e em materiais para haver um suporte suficiente para que o professor adentre a sala de aula e saiba realizar o processo de inclusão.

Metodologia

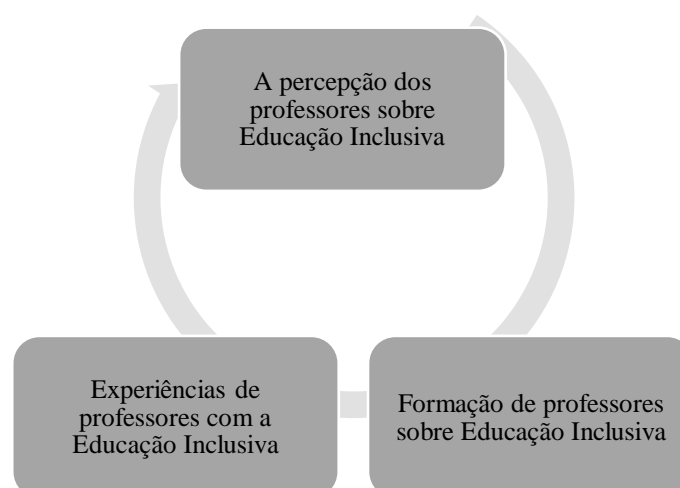
Para a realização deste estudo, esta pesquisa foi classificada como uma pesquisa de cunho qualitativo, bem como o uso da pesquisa de campo, na qual Guerra (2014, p. 11) afirma

que é “na abordagem qualitativa, o/a cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social.” Já na pesquisa de campo o autor Prodanov (2013) “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.” Os participantes deste estudo foram 03 professoras da rede pública da Educação Infantil de um município no interior da Bahia, sendo estas selecionadas a partir de critérios de experiências com a Educação Inclusiva e sendo todas pedagogas, duas com pós-graduação em psicopedagogia e uma em educação ambiental.

Estas professoras aceitaram participar deste estudo, e estavam presente no local e horário marcado, tendo como requisito exigido a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram codificadas em P1, P2 e P3 respectivamente respeitando o anonimato das entrevistadas. Fizemos o uso da entrevista semiestruturada, pois ela possibilita ao entrevistado, falar mais livremente sobre o tema proposto na qual o roteiro desse tipo de entrevista possui perguntas abertas, como relata Guerra (2014). Deste modo, esta entrevista foi composta por 11 perguntas e foi realizada durante o ano de 2019 no mês de novembro. Os dados desta pesquisa foram analisados conforme a análise de conteúdo defendida por Bardin (2011, p. 27) onde a autora coloca que é “um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.”

Análise e discussão dos dados

Para as discursões e análise dos dados, realizamos uma análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), em que os dados coletados foram todos categorizados, seguindo a seguinte ordem:



A percepção dos professores sobre Educação Inclusiva

A partir dos resultados coletados durante a realização das entrevistas, buscamos responder a seguinte questão: **qual a percepção dos professores da educação infantil sobre Educação Inclusiva?** Dentro desta perspectiva, buscamos relatar as experiências dessas professoras no que se refere ao processo de inclusão na sala de aula de educação infantil, onde as crianças têm o primeiro contato com a educação.

Para poder compreender como ocorre este processo e qual a percepção que os professores possuem sobre essa modalidade de educação, entrevistamos 03 professoras. E para a realização das análises de dados optamos pela análise de conteúdo de Bardin (2011), que como já mencionado, é um conjunto de instrumentos metodológico onde está em constante aperfeiçoamento e se pode aplicar a discursos extremamente diversificados. Para obtermos uma melhor compreensão sobre a percepção dos professores sobre Educação Inclusiva, fizemos a seguinte pergunta as professoras: o que você entende sobre Educação Inclusiva? P1 respondeu:

Bom, a Educação Inclusiva ela tem que ser uma educação voltada para as necessidades das crianças que tem essa necessidade, só que infelizmente isso não acontece. A gente ver sempre a educação de modo geral, muito por cima né, de modo superficial. Mas a Educação Inclusiva eu acho que ela tem que ser voltada mesmo, especificando.

Diferentemente desse posicionamento, a terceira professora entrevistada P3 afirma que “é quando a gente possibilita, como no meu caso a criança a se inserir num ambiente onde ela possa perceber pela dificuldade ou pela sua deficiência que ela é diferente. Então a gente possibilita uma verdadeira inclusão, que ela se torne igual aos outros que estão lá também.” Deste modo P2 relatou: “Inclusiva é a educação que você inclui né, que você consiga colocar a... todas as pessoas dentro do, do, da, da, da perspectiva, do objetivo que você quer alcançar.” A partir das falas fica visível o quanto que ainda há uma falta de conhecimento sobre o que é Educação Inclusiva.

[...] a Educação Inclusiva no modelo atual é um desafio aos professores, pois obriga-os a repensar sua maneira de ensinar, sua cultura, sua política e suas estratégias pedagógicas, adotando uma postura receptiva diante da singularidade que irá encontrar, a fim de detectar potencialidades e expor habilidades de acordo com a demanda de cada aluno. (ROCHA, 2017, p. 07)

Percebe-se então que as professoras entrevistadas possuem pouco conhecimento sobre essa modalidade de educação e enfrenta dificuldades para compreender o real sentido da

Educação Inclusiva. Diante disso, e concordando com a citação do autor percebemos que elas não tiveram uma formação acerca da Educação Inclusiva e com isso acabam sendo obrigadas a repensar suas práticas de ensinar na sala de aula, e principalmente em incluir crianças com necessidades especiais no âmbito escolar. Sendo assim, para conhecermos um pouco sobre preparo delas para atuarem com a Educação Inclusiva em sala de aula, fizemos o seguinte questionamento: você se sente preparada para Educação Inclusiva? E P2 argumentou o seguinte:

Não, é muito difícil. É uma questão muito difícil, você tem que... a gente... primeiro que a gente não recebe essa, essa ajuda né? pra gente fazer isso, a gente não tem nenhum curso, a gente recebe as crianças, mas a gente não tem nenhum curso específico pra dizer, pra te ajudar, pra te dá um auxílio, pra te dá um suporte pra dizer que você sabe, você faz o que você pode.

A partir desta fala, foi notório perceber que há uma falta de formação com relação a educação inclusiva e por esse motivo torna difícil realizar uma inclusão quando não se sabe ao certo o que é realmente a Educação Inclusiva, e quais são os desafios que se tem para poder fazer acontecer esse processo. Desta forma fica visível que se o profissional não tem uma visão sobre a inclusão, fica cada vez mais difícil tornar o ambiente escolar um ambiente inclusivo. Rocha (2017, p. 08) afirma que “o papel do professor é também o de ampliar os currículos, fazendo com que se flexibilizem diante das diferenças de seus alunos e deixe de lado a visão conservadora...” Essa ampliação de conhecimento é visível na fala de P3 que afirma o seguinte:

Sim, por várias vezes eu já fui professora de alunos especiais, aí eu fiz cursos, sempre corri atrás pra tá incluindo essas crianças. Por que infelizmente no caso a educação pública tem pouca estrutura pra essas pessoas, então eu, de forma particular procurava ver meios, formas, estratégias pra tá incluindo.

Nesta fala da professora, é possível perceber essa ampliação de currículo que o autor Rocha (2017) defende em sua fala. Mesmo ainda tendo pouco conhecimento sobre o processo de inclusão, a professora tentou buscar e ampliar seus conhecimentos para além daqueles que já possuía dentro da sua área de formação.

Formação de professores sobre Educação Inclusiva

Para identificarmos qual formação as entrevistadas possuíam fizemos o seguinte questionamento: você teve algum treinamento, formação ou preparação para Educação Inclusiva? P1 deu a seguinte resposta:

Hum, assim, enquanto fala de formação a nível de município é complicado, porque teria que ser uma formação continuada e entendo eu dentro da

necessidade do aluno que você está atendendo. A formação que eu tive de educação inclusive, foi uma disciplina na UNEB que é aquela questão que a gente ver muita coisa, mas não aprofunda em nenhuma né? a gente ver muito superficial e a do município ela não consegue também fazer essa, essa, esse aprofundamento porque a gente ver uma formação no início do ano, aí as vezes eles marcam no decorrer do ano, mas nada voltado pra aquela necessidade daquele aluno pra você entender como é que você vai incluir mesmo e lidar com aquela criança, não só por ela está no espaço mas pra que a gente consiga fazer com que ele aprenda mesmo com a deficiência dele, que a gente tem um respaldo, que a gente consiga fazer isso.

O que lhe concerne a segunda professora entrevistada P2 fez a seguinte afirmação: “Nunca, nunca.” Diferentemente desta afirmação P3 argumentou: “na atual gestão não, já tem uns 06 anos em que a gente não tem nenhum tipo de curso, antes em outras gestões tinha um olhar melhor pra Educação Inclusiva, atualmente não.” A partir dos relatos percebemos que elas não possuem conhecimentos mais aprofundada sobre Educação Inclusiva e que somente P3 fez alguns cursos para poder lidar com crianças com necessidades especiais e que na gestão da cidade e da escola onde ela atua ainda não foi tinha oferecido e nem se buscado nenhuma formação para fazer o complemento da sua formação.

A formação de professores, e as condições físicas e materiais bem como a organização dos recursos humanos de apoio é que são fatores primordiais na discussão da inclusão na educação infantil, conforme relatam De Vitta, Vitta e Monteiro (2010). É fundamental que se faça uma construção de um ambiente inclusivo e para que isso ocorra, deve todo o corpo docente da instituição ter uma formação na área de Educação Inclusiva. Para Aranha (2005, p. 24) “cabe a todos nós, agora, dedicarmo-nos à efetivação desse desafio que, embora de difícil realização, é de nossa competência e obrigação. Precisamos enfrentar nossos medos, garantir as condições e construir nossos modelos de inclusão educacional.” Para melhor compreendermos sobre o ambiente educacional propício para a Educação Inclusiva, fizemos a seguinte pergunta: como transformar a escola em um ambiente propício para a Educação Inclusiva? P1 afirmou que é

[...] a questão do espaço né, eu acho que o espaço quando o espaço assim ele é acolhedor, quando espaço é para essa inclusão o restante eu acho que acaba motivando o professor, motivando o gestor, eu acho também que a questão da conscientização desde de um porteiro até o gestor, os outros pais, os outros alunos, porque assim de certa forma quando a gente tem uma criança dentro ali do espaço da sala da gente, a gente faz esse trabalho de conscientização com os nossos alunos, mas aí o pai e a questão de outros alunos de outras turmas, vão entender a questão da necessidade especial daquela criança. Então eu acho que é isso aí mesmo.

Evidenciamos que a fala de P2 faz um complemento a fala de P1, pois tratam da mesma questão e seguindo os mesmos princípios.

Com investimento, principalmente na qualificação do professor. Precisa investir, o professor precisa é fazer cursos, o professor precisa conhecer. Agora mesmo a gente está com um monte de alunos altistas, vários, vários alunos altistas imperativos e não se tem um olhar pra essas crianças, então na verdade eles estão dentro de uma escola, mas eles não estão incluídos, eles estão na escola, mas tem o cuidador e poucas coisas sendo feitas na parte pedagógica.

Partindo desses pressupostos e analisando cada fala, fica evidente que a escola precisa estar propícia para poder receber alunos com alguma necessidade especial, e para que isso ocorra o ambiente escolar precisa estar sempre adequado a essas exigências e os profissionais da educação devem estar incluídos nesse âmbito escolar inclusivo. Segundo Santana (2010, p. 16) “a falta de atendimento especial, principalmente, na educação infantil, carência de recursos e equipe desqualificada, inadequação do ambiente físico, falta de novas propostas de ensino, [...] desigualdade de recursos e oportunidades. [...]” vêm dificultando o acesso de muitas crianças especiais ao ensino regular.

Por essas questões que giram em torno da Educação Inclusiva, é possível notar nas falas das professoras que ainda não se tem investido o bastante na área da Educação Inclusiva, e principalmente no que diz respeito a formação continuada e a preparação destes profissionais. É válido ressaltar, que se o ambiente da educação infantil que é o primeiro contato que a criança possui com a educação não está preparado para receber essa criança, é evidente que teremos profissionais cada vez mais despreparados para realizar o processo inclusão com essas crianças, e com isso cada vez mais serão excluídas do contexto escolar.

Experiências de professores com a Educação Inclusiva

Para um melhor entendimento sobre como se dá o processo de inclusão, mesmo não tendo uma visão mais ampla sobre Educação Inclusiva, fizemos o seguinte questionamento no que diz respeito a experiências com alunos de inclusão: já teve alguma experiência na Educação Inclusiva? Se sim, como foi sua experiência? A partir deste questionamento a terceira entrevistada P3 argumentou da seguinte maneira: “sim, por várias vezes eu já fui professora de alunos especiais, aí eu fiz cursos, sempre corri atrás pra tá incluindo essas crianças. Por que infelizmente no caso a educação pública tem pouca estrutura pra essas pessoas...” diferentemente desta fala, P2 mesmo com pouca experiência na área da Educação Inclusiva, quando se fala em experiência com o processo de inclusão ela afirma: “eu tive uma aluna, e ela não tinha nenhum diagnóstico de uma criança especial, mas eu não conseguia fazer nenhum trabalho com ela de inclusão, eu não consegui fazer trabalho de inclusão com ela, porque eu

não conseguia trazer ela pra junto dos outros, então eu não fiz esse trabalho de inclusão com ela.”

Dentre as falas das entrevistadas no que tange experiências com Educação Inclusiva, fica claro seus curtos conhecimentos sobre essa modalidade, e com isso dificulta incluir uma criança com necessidade especial na sala de aula. A fala de P2 é um exemplo disso, pois não conseguiu realizar a inclusão com sua aluna, e segundo ela por não possuir uma formação adequada nessa área e a falta de recursos no ambiente escolar onde atua, se tornou muito mais difícil realizar essa inclusão.

[...] a necessidade de formar e qualificar professores, a elaboração e adaptação de esquemas curriculares, a orientação e intervenção psicopedagógica, a inovação e investigação educativa dos processos integradores, a adaptação dos recursos humanos e materiais, cuja melhoria tornará possível um novo modelo de Educação Inclusiva e possibilitará um ensino de maior qualidade, a fim de garantir oportunidades iguais a todos os alunos, independentemente de sua condição física, social, mental, entre outros. (SANTANA, 2010, p. 16)

Todos nós sabemos que em nosso país pouco se investe na área da educação, e principalmente quando se fala em Educação Inclusiva o investimento ainda assim é muito pouco, como a autora cita sem esses recursos e sem uma busca e investimento, fica cada vez mais difícil se ter salas que realmente fazem os processos de inclusão e se tenha experiências mais positivas na sala de aula. É possível perceber na fala de P1, que o professor tem que buscar ainda mais conhecimentos para poder fazer com que a criança se sinta incluída e não se sinta diferente das outras por ter uma limitação, deste modo, ela acredita que os pais também são peças chaves para poder fazer com que o processo de inclusão aconteça de forma bem sucedida. Respondendo a nosso questionamento ela fez a seguinte afirmação:

Sim, muitas vezes assim, me passou tão despercebido que a gente nem percebe que precisava ter de ser feita aquela inclusão. É... A primeira vez que eu me deparei com a situação mais assim... que eu achei, que eu tive mais necessidade de ajuda foi com uma menina que ela não tinha laudo, por que a própria família não aceitava que ela tinha essa, essa... deficiência né. Que até na época que eu trabalhei com ela o ano todinho sem saber ao certo qual deficiência que tinha essa criança. Aí a gente teve que fazer um trabalho do início, tentando conscientizar o pai e a mãe, eu tive que buscar pessoas de fora da escola, porque não tinha nada que eu falasse com o pai ou com a mãe que eles entendessem que aquela criança não ia aprender do mesmo jeito das outras, por causa dessa deficiência dela, que até hoje não sei dizer qual era, porque só procuraram um neurologista no final do ano e esse neurologista me pediu um relatório do aprendizado dela, na verdade do não aprendizado dela né... já era o ano que ela estava saindo da escola, daqui da educação infantil do CEI e indo pra outra escola, provavelmente eles devem ter aproveitado esse relatório e levado pra escola que eu espero que lá ela tenha sido atendida melhor do que a gente conseguiu fazer aqui.

Compreende-se então que se os professores tivessem uma amplitude no seu olhar sobre a Educação Inclusiva, talvez evitassem a evasão de crianças com necessidades especiais das escolas. Se os professores da Educação Infantil não possuem uma sintonia com o processo da Educação Inclusiva, poderá se ter esse resultado na qual a professora relatou, e com o passar da vida escolar desta criança ficará cada vez mais difícil achar um ambiente propício para o seu desenvolvimento.

Considerações Finais

Em tempos de inclusão no cenário atual do nosso país, é preciso que os profissionais da educação busquem cada vez mais conhecimentos sobre essa modalidade de educação. É preciso ter profissionais cada dia mais qualificado no espaço escolar e principalmente no ambiente da educação infantil onde ocorre o primeiro contato das crianças com a educação. Desta maneira, essa pesquisa objetivou compreender a percepção destas professoras da Educação Infantil sobre a Educação Inclusiva. A partir deste objetivo, buscamos responder a seguinte questão norteadora: **qual a percepção dos professores da educação infantil sobre Educação Inclusiva?** Na qual, a pesquisa evidenciou que as professoras que foram entrevistadas possuem pouco conhecimento sobre a Educação Inclusiva.

A partir desta pesquisa e com base nesses estudos, ficou claro que ainda é preciso se investir mais na área da Educação Inclusiva e em recursos para poder fazer o processo de inclusão acontecer. Além disso, esse estudo foi essencial para poder compreender como essas professoras estão vendo a Educação Inclusiva e o que elas vêm fazendo para poder mudar essa realidade. Os professores têm um grande desafio pela frente, para poder garantir que essas crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, pois é necessário se ter profissionais realmente qualificados para poder atendê-los de forma adequada e que garanta a qualidade na sua aquisição de conhecimentos.

Fica evidente que se não começar a investir na formação de professores e começar a oferecer uma formação continuada com mais qualidade, os profissionais da área da educação e principalmente os que estão indo para o berço da educação, continuarão indo para estes locais sem com pouco conhecimento sobre a Educação Inclusiva. Deixamos claro que as argumentações, feitas aqui nessa pesquisa, poderão servir como abertura para novos debates sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria Municipal de Educação, 2005.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- _____. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Básico. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Brasília: CNE/CEB, 2001.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- _____. Política nacional de educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.
- BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: Questões conceituais e de atualidade**. São Paulo: EDUC, 2011.
- CAMARGO, E. P. **Inclusão social, Educação Inclusiva e educação especial: enlases e desenlaces**. Ciênc. Educ., Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.
- GUERRA, A. de L. ELAINE. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. 1º. Ed. Belo Horizonte: anima educação, 2014.
- MEDEIROS, M. L. G. et al. **A percepção dos professores sobre o processo de inclusão escolar de alunos com deficiências no ensino regular da rede municipal de ensino de Porto Alegre**. 2015.
- MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. São Paulo: Artmed, 2003
- MRECH, L. M. O que é Educação Inclusiva. In: **Revista Integração**, v. 10, n. 20, p. 37-40, 1998.
- PRADANOV, C. C. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2º. Ed. Rio Grande do Sul: editora feevale, 2013.
- ROCHA, A. B. O. O papel do professor na Educação Inclusiva. In: **Ensaio Pedagógico**. v.7, n. 2, 2017.
- SANTANA, A. S. A. Educação Inclusiva No Brasil: Trajetória E Impasses Na Legislação. Disponível em: https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_8.pdf Acesso em: 03 dez. 2019.
- UNESCO. **Policy guidelines on inclusion in education**. Paris, França, 2009.

VITTA, F. C. F. de; VITTA, A. de; MONTEIRO, A. S. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 16, n. 3, p. 415-428, 2010.

ZIMMERMANN, E. C. Inclusão Escolar, 2008. Disponível em:
<<https://www.webartigos.com/artigos/inclusão-escolar/5190/>> Acesso em 08 dez. 2019

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Daniel Neres da Silva

Graduando do 5º semestre do curso de Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB – DCHT – Campus XVII – Bom Jesus da Lapa – Bahia; Membro do Grupo de Pesquisa em Cultura, Gêneros e Sexualidade em Espaços Escolares; E-mail: danyeln94@gmail.com

Emanuelle da Silva Cordeiro

Graduanda do 5º semestre do curso de Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB – DCHT – Campus XVII – Bom Jesus da Lapa – Bahia; E-mail: manucordeiro666@gmail.com

Leila Carmo Ferreira dos Santos

Graduanda do 5º semestre do curso de Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB – DCHT – Campus XVII – Bom Jesus da Lapa – Bahia; E-mail: leilacarmo02@gmail.com

Gisele Ferreira de Amorim

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UESB. Membro do Observatório da Infância e Educação Infantil/OBEI. Docente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/ Campus XVII. Bom Jesus da Lapa – Ba. E-mail: gisele_ksgl@hotmail.com